

**Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Estado de Minas Gerais

**Protocolo****RECIBO****Inscrição****0003564/2023**

Setor/Quadra/Lote/SubLote

**Data:** 03/04/2023 14:17:22**Impressão:** 03/04/2023 14:24:40**Requerente:** 000299215 - CATHALAO ASFALTO PAVIMENTACAO E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 24.481.473/0001-16**Endereço:** RODOVIA BR 050 KM 245,5, 0**Documentos Solicitados**

067972/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

ENCAMINHA RECURSO ADMINISTRATIVO REF. AO PROCESSO Nº 33/2023, TP Nº 06/23. SETOR DE LICITAÇÃO.

**RECUSRSO CATHALÃO ASFALTO**

1 mensagem

**Keli Cristina** <contato@cathalaoasfalto.com.br>

3 de abril de 2023 às 14:11

Para: "dom.montecarmelo@gmail.com" &lt;dom.montecarmelo@gmail.com&gt;

Boa Tarde Bruna!  
Conforme falado com você por telefone segue anexo recurso  
Edital 06/2023  
processo 33/2023  
tomada de Preço 06/2023.

Me envia uma foto do N de protocolo por gentileza  
Desde já Muito Grata pela Atenção!

**Keli Cristina****Analista Administrativo**

(64) 3442-6634 / WhatsApp (64)98138-6953

Escritório: Rua Ly de Araújo, Nº89 Bairro São João, Catalão –Go

Indústria: Rod. Br. 050 – Km 245.5, S/Nº, Anexo I, Distrito de Pires Belo, Catalão - Go

[www.cathalaoasfalto.com.br](http://www.cathalaoasfalto.com.br)*Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o Meio Ambiente.***Recurso licitacao 0062023.pdf**

1344K



AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG.

**Referência:**

Tomada de Preço nº 006/2023

Edital nº 06/2023

Processo nº 33/2023

Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações

**CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 24.481.473/0001-16, com sede na Rodovia BR 050 KM 245, 5, S/N, Bairro Distrito de Pires Belo, Catalão, Goiás, CEP: 75714-300, neste ato representado por seu sócio MARCOS GABRIEL BENINCASA, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF: 445.151.688-94, RG: 536293260 SSP/TO, residente e domiciliada na Rua 27, nº. 1162, Setor Margon III, Catalão, Goiás, CEP: 75.713-060, vem a digna presença de Vossa Excelência apresentar

**RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto na presente data, nos termos do artigo 109 da Lei nº 8.666 e item 88 e seguintes do edital, em face da decisão que declarou a licitante FALK CONSTRUTORA LTDA como vencedora do pregão, o que faz com base nos fatos e termos a seguir delineados:

**I – SÍNTESE DOS FATOS**

O Município de Monte Carmelo por meio da Secretaria de Fazenda realizou procedimento licitatório de Tomada de Preço nº 06/2023, tendo como objeto a Prestação de Serviços de Engenharia para a Execução de Obras de Recapeamento Asfáltico em CBUQ e Sinalização Viária, nas Ruas Abadia dos Dourados e Piauí, no Bairro Vila Dourada, conforme convenio entre o Estado de Minas Gerais e a licitante.

A recorrente participou de sessão no procedimento licitatório, realizada no dia 27 de março 2023, e após terem sido superadas as fases de





recebimento das propostas e verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes, a empresa FALK CONSTRUTORA LTDA foi adjudicada e considerada como vencedora do certame.

Ocorre que a licitante em questão não atendeu a todos os requisitos de habilitação previstos na legislação e no edital, e pelos motivos que serão a seguir aduzidos pela recorrente deverá ser considerada inabilitada e desclassificada da licitação.

## **II – DO ENDEREÇAMENTO E DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso é endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Monte Carmelo, conforme disposto no item 88 do Edital de licitação.

Destaca-se que também está sendo protocolizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação da lavratura do ato de habilitação, realizado dia 27/03/2023.

## **III – DAS RAZÕES DO RECURSO INTERPOSTO – NÃO PREENCHIMENTO DA RECORRIDA A TODOS OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO EDITAL**


Insta salientar que ao tempo da realização da ata de abertura dos envelopes, e da verificação dos documentos de habilitação que foram exigidos no edital e na legislação, a recorrida não teria apresentada toda a documentação necessária, e ainda assim, foi considerada vencedora do processo licitatório.

Contudo, a recorrida não poderia ser declarada vencedora, não podendo assim contratar com a municipalidade, visto que não atendeu os requisitos de habilitação.

Nesse sentido, o ato em questão padeceu de vício de legalidade, uma vez que diferentemente do que restou decidido, a licitante recorrida deveria ter sido desabilitada, já que não apresentou documento de qualificação econômico-financeira.

O artigo 37 *caput* e inciso XXI da Constituição Federal norteia a Administração Pública na realização de todos os procedimentos licitatórios, estabelecendo devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e também, isonomia e escolha da melhor proposta.

Partindo dessa premissa, a aplicação destes princípios nas licitações públicas garante a maior competitividade entre os licitantes, assegurando que os procedimentos atinjam a sua finalidade, de obter a proposta mais vantajosa, alcançando a eficiência por meio da aquisição correta de bens e serviços pelo menor preço.





A modalidade licitatória em questão inclusive está prevista na Lei nº 8.666/93, podendo ser adotada sempre que o ente federativo desejar contratar obras e serviços de engenharia de até R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), junto a interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Contudo, assim como nos demais procedimentos licitatórios, se faz necessário observar as formalidades próprias estabelecidas na legislação.

A lei de licitações estabelece os requisitos de habilitação, que consistem em critérios utilizados pela Administração Pública para avaliar se a licitante preenche as exigências necessárias para a adequada execução do contrato, que são subdivididos em cinco espécies, quais sejam: 1) habilitação jurídica; 2) qualificação técnica; 3) qualificação econômico-financeira; 4) regularidade fiscal; e 5) cumprimento ao disposto no inciso XXXII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Cumprir destacar que independente de prévio cadastro, os licitantes não estão dispensados de apresentarem os documentos de habilitação no ato da realização do certame, conforme previsto na legislação, devendo pois todos os participantes observarem os requisitos legais, além daqueles previstos expressamente no edital, sob pena de não serem inabilitados ou desclassificados.

No caso em análise, esta ressalva é feita de forma expressa no edital, quando estabelece para empresas estabelecidas fora da Comarca do Município de Monte Carmelo/MG, que **é obrigação do licitante apresentar juntamente com a certidão negativa de falência e concordata, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou escritórios de registros que controlam a distribuição de falências e concordatas.**

**"25.4. - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**c) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA** ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão atualizada, o que deverá ser de no máximo 90 (Noventa) dias corridos anteriores à data da licitação.

**c.1) As licitantes sediadas em outras comarcas, deverão apresentar juntamente com a certidão negativa de falência e concordata, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os cartórios ou escritórios de registros controlam a distribuição de falência e concordatas."**

Cumprir destacar que o edital é a principal regra do certame em questão, e como trouxe tal exigência, provavelmente porque busca dar maior segurança para o ente federado, tem razão de ser e deve ser observado, sob pena de não habilitação.





Nesse sentido, como a exigência feita não é descabida ou abusiva, ou mesmo incompatível com a legislação que rege as licitações e contratos administrativos, até mesmo por que serve para complementar a exigência prevista no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93, ou seja, possibilitar a verificação da saúde financeira e a capacidade das pretensas contratantes em cumprirem o contrato.

Infelizmente a licitante que se sagrou vencedora, ora recorrida, não observou tais requisitos, já que diferentemente do que foi pedido nos pontos 25.4, letra "C" e "C.1" do edital, apresentou tão somente a certidão de falência ou recuperação judicial, deixando de apresentar a declaração emitida pelo foro ou cartório distribuidor.

Logo, como a licitante não observou o princípio da vinculação do edital, e não apresentou documento obrigatório exigido pela administração pública, **DEIXOU DE ATENDER AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, devendo, pois, ter sido considerada não habilitada pelo presidente da comissão de licitação.**

Assim no caso em questão, a recorrente entende que o melhor caminho a ser seguido pelo ente federativo, diante da flagrante inabilitação da recorrida que espera ver declarada, seria a aplicação no caso concreto do dispositivo previsto no item 78 do Edital, para a fixação de prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação, pelos licitantes, de novos envelopes e realização de nova ata para a sua abertura.

#### **IV – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS**

Ante o exposto, requer respeitosamente à Vossa Excelência que seja CONHECIDO e PROVIDO o presente recurso, para que sejam **ANULADOS com efeitos ex tunc, todos os atos administrativos que resultaram declaração de vencedora do certame em favor da recorrida FALK CONSTRUTORA LTDA, visto que a mesma deveria ter sido inabilitada e impedida de participar do certame**, já que que não foram apresentadas as documentações exigidas no edital para a habilitação por qualificação econômico-financeira.

Em sendo provido o recurso, requer a recorrente que seja aplicado o disposto no item 78 do Edital, para a fixação de prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação, pelos licitantes, de novos envelopes e realização de nova ata para a sua abertura.

Nestes termos, pede deferimento.

Catalão, 03 de abril de 2023.

  
**CATHALÃO ASFALTO PAVIMENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA**  
CNPJ: 24.481.473/0001-16

**[24.481.473/0001-16]**

**CATHALÃO ASFALTO PAV. E COM. LTDA**  
RUA CRISTIANO VICTOR, Nº 84  
BAIRRO SÃO JOÃO  
CEP: 75.703-150

**[ CATALÃO - GO ]**